



Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Juiz de Direito Substituto
Concurso Público 2013

Prova Escrita Discursiva

Informações Gerais

- Você receberá do fiscal de sala:
 - um caderno de textos definitivos destinado à transcrição das respostas das questões discursivas;
 - esse caderno de prova contendo as 25 (vinte e cinco) questões discursivas e as páginas destinadas ao rascunho das respostas.
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal de sala para que sejam tomadas as devidas providências.
- As questões são identificadas pela informação situada acima do seu enunciado.
- Ao receber o caderno de textos definitivos da prova escrita discursiva, você deve:
 - conferir seus dados pessoais, em especial seu nome, número de inscrição e o número do documento de identidade;
 - ler atentamente as instruções para o preenchimento do caderno de textos definitivos;
 - assinar seu nome, apenas no espaço reservado do caderno de textos definitivos, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta.
Obs.: As folhas do caderno de textos definitivos não podem ser identificadas pelo candidato sob o risco de ter sua prova anulada e de ser eliminado do concurso.
- Durante a aplicação da prova não será permitido:
 - qualquer tipo de comunicação entre os candidatos;
 - levantar da cadeira sem a devida autorização do fiscal de sala;
 - portar aparelhos eletrônicos, tais como *bipe*, telefone celular, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica digital, controle de alarme de carro etc., bem como relógio de qualquer espécie, óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapalaria, tais como chapéu, boné, gorro etc. e, ainda, lápis, lapiseira (grafite), corretor líquido e/ou borracha. Tal infração poderá acarretar a eliminação sumária do candidato.
- O preenchimento do caderno de textos definitivos da prova escrita discursiva, de inteira responsabilidade do candidato, deverá ser feito com caneta esferográfica de tinta indelével de cor preta ou azul. **Não será permitida a troca do caderno de textos definitivos por erro do candidato.**
- O tempo disponível para a realização dessa prova é de **5 (cinco)** horas, já incluído o tempo para a transcrição dos textos definitivos.
- Reserve tempo suficiente para a transcrição de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as transcrições realizadas no caderno de textos definitivos.
- Somente após decorridas **duas horas** do início da prova você poderá retirar-se da sala de prova, contudo sem levar o caderno de prova.
- Somente no decorrer dos últimos **sessenta minutos** do período da prova, você poderá retirar-se da sala levando o caderno de prova.
- Ao terminar a prova, entregue o caderno de textos definitivos ao fiscal da sala e deixe o local de prova. Caso você se negue a entregar o caderno ou uma de suas folhas, será **eliminado** do concurso.
- A FGV realizará a coleta da impressão digital dos candidatos no caderno de textos definitivos.
- Os candidatos poderão ser submetidos a sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas. Ao sair da sala, ao término da prova, o candidato não poderá usar o sanitário.
- O resultado preliminar da prova escrita discursiva, os espelhos de correção e os padrões de resposta serão divulgados no endereço eletrônico www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/tjam13.

01

João é empresário e dono de vasto patrimônio imobiliário. Embora casado com Maria, mantém, paralelamente, um relacionamento amoroso com Teresa, iniciado há 2 anos. Teresa tem um filho menor, de nome Pedro, fruto de outra relação. Antes de falecer, João deixa um seguro de vida no valor de cem mil reais para Teresa e para Pedro, na proporção de 50% para cada um. João, no dia do falecimento, ainda vivia maritalmente com Maria, e não tinha filhos. Maria herdou todo o patrimônio imobiliário de João.

A partir da hipótese apresentada, responda aos itens a seguir.

A) Poderia Maria invalidar judicialmente a estipulação que João fez em benefício de Teresa?

B) E quanto ao menor Pedro?

(As respostas devem ser objetivamente fundamentadas).

02

Renato tem 96 anos de idade e um filho, chamado Daniel. Apesar da idade avançada, desfruta plenamente de suas faculdades mentais. Após seu falecimento, Daniel é surpreendido com o aparecimento de um documento, datado e assinado apenas por seu pai, por meio do qual contempla seu fiel motorista, de nome Adalberto, com um pequeno crucifixo de madeira, uma cadeira de balanço, um paletó e a quantia de dez mil reais. Daniel é o único herdeiro de Renato, que deixou um automóvel e um pequeno apartamento. Não há dúvidas quanto à autenticidade do documento.

Com base no caso narrado, responda aos itens a seguir.

A) Qual a natureza jurídica do documento deixado por Renato? Indique o dispositivo legal correspondente.

B) Poderia Daniel invalidar judicialmente, no todo ou em parte, o documento deixado por seu pai?

(As respostas devem ser objetivamente fundamentadas).

ESPAÇO DESTINADO AO RASCUNHO DA RESPOSTA À QUESTÃO 01

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	

ESPAÇO DESTINADO AO RASCUNHO DA RESPOSTA À QUESTÃO 02

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	

03

A) Indique os tipos de atos jurisdicionais que podem ser praticados por um Juiz.

B) Relacione tais atos com as diversas formas de preclusão.

(As respostas devem ser objetivamente fundamentadas).

04

Em determinada comarca de Juízo único, ocorre um acidente automobilístico em que um transeunte é atingido e, em virtude das lesões sofridas, vem a falecer alguns dias depois do evento. Em razão desses fatos, o Ministério Público ofereceu ação penal, que, após regular trâmite, resultou em sentença condenatória em face do condutor pelo crime de homicídio culposo. Enquanto tramitava a referida ação penal, os pais, os irmãos e o filho da vítima ajuizaram, em litisconsórcio, ação visando ao ressarcimento de danos materiais e à reparação de danos morais em face do mesmo condutor. Sobreveio a condenação penal e o mesmo Juiz, no processo cível, designou audiência de instrução em julgamento para produção de prova oral no processo em que se pleiteiam as indenizações. Analise a questão sob o ponto de vista das condições da ação e de eventual(is) nulidade(s) decorrente(s) apenas da situação descrita.

Com base no fragmento acima, responda aos itens a seguir.

A) A legitimidade ativa está correta? O que deve fazer o Juiz?

B) O mesmo Juiz pode julgar a segunda ação?

(As respostas devem ser objetivamente fundamentadas).

ESPAÇO DESTINADO AO RASCUNHO DA RESPOSTA À QUESTÃO 03

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	

ESPAÇO DESTINADO AO RASCUNHO DA RESPOSTA À QUESTÃO 04

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	

05

Em processo de ação civil coletiva de ressarcimento de danos materiais e morais, causados a passageiros e a seus familiares pelo naufrágio de embarcação, explorada por sociedade empresária que se dedica ao transporte remunerado de pessoas em vias fluviais, a ré se defende, alegando que:

- I. é diligente na prestação daquele serviço, cumprindo todas as normas legais e administrativas sobre segurança de passageiros;
- II. o condutor de sua embarcação tem vasta experiência e se encontra regularmente habilitado;
- III. o naufrágio foi causado pelo condutor de outra embarcação que, em manobra imprudente, abalroou aquela onde se encontravam as vítimas.

A partir do caso apresentado, **examine as alegações da ré, esclarecendo se podem ser acolhidas.**

(A resposta deve ser objetivamente fundamentada).

06

João comprou na loja “Superbom” um *notebook*, fabricado pela empresa “XYZ”. Após três meses e meio de uso, o *notebook* deixa repentinamente de funcionar, razão pela qual João perde vários arquivos digitais importantes que nele estavam arquivados.

Fica comprovado que o *notebook* deixou de funcionar em razão de defeito irreversível no disco rígido, mas a loja se recusa a tomar qualquer providência relativa ao aparelho, alegando que já foi ultrapassado o prazo de garantia, que era de três meses.

João, então, propõe ação em face da loja e do fabricante, pedindo:

- I. a condenação de ambas as empresas a substituir o produto defeituoso por um novo;
- II. a condenação de ambas as empresas por dano moral decorrente da perda dos arquivos digitais que estavam gravados.

A partir da situação fática apresentada, **as empresas podem ser condenadas em relação a ambos os pedidos?**

(A resposta deve ser objetivamente fundamentada).

ESPAÇO DESTINADO AO RASCUNHO DA RESPOSTA À QUESTÃO 05

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	

ESPAÇO DESTINADO AO RASCUNHO DA RESPOSTA À QUESTÃO 06

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	

07

O Ministério Público do Estado do Amazonas ajuizou ação civil pública contra o Município de Manaus, na qual se postula a condenação do réu a assegurar, a partir do ano letivo seguinte, a criação de vagas em creches e escolas municipais para matrícula de crianças de até cinco anos de idade, incluídas em lista de espera em poder da Administração municipal. O réu contestou, alegando a inexistência de recursos orçamentários e a consequente impossibilidade de cumprimento de eventual condenação, diante do princípio da reserva do possível.

Discorra sobre a tese apresentada na contestação do Município.

(A resposta deve ser objetivamente fundamentada).

08

Ademir, de 32 anos, dá início a um procedimento de adoção visando à regularização de sua situação de fato em relação à criança Eliza, de 11 anos, sua enteada, filha biológica de sua esposa Sandra. Ademir é casado com Sandra há 8 anos e, antes do casamento, ambos namoraram por 2 anos. O pai biológico de Eliza, Carlos, não tem nenhum contato com a filha há mais de 10 anos, e Sandra não sabe seu paradeiro.

Durante a tramitação do pedido de adoção, os relatórios sociais indicaram que Eliza considera Ademir seu pai e que os laços afetivos entre adotante e adotanda são fortes, sendo todos os relatórios favoráveis à adoção, por ser do interesse da criança. Ouvida, a mãe da criança confirmou os fortes laços de afinidade e afeição entre Eliza e Ademir e concordou expressamente com a adoção.

Carlos, por não ter sido encontrado, foi citado por edital e não compareceu, razão pela qual lhe foi nomeado curador especial, que, em sua manifestação, argumentou que o procedimento de adoção deveria ter sido precedido de procedimento de destituição do poder familiar em relação ao pai da adotanda.

Em sua promoção final, o Ministério Público opinou favoravelmente ao pedido.

Considerando a manifestação do curador especial, pode ser acolhido o pedido de adoção?

(A resposta deve ser objetivamente fundamentada).

ESPAÇO DESTINADO AO RASCUNHO DA RESPOSTA À QUESTÃO 07

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	

ESPAÇO DESTINADO AO RASCUNHO DA RESPOSTA À QUESTÃO 08

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	

09

Resumo de fato recentemente noticiado em jornal de circulação nacional:

Fred estacionou seu carro na frente de uma loja de conveniência situada em um posto de gasolina. Ao saltar do veículo, deixou de puxar o freio de mão e, quando já estava no interior da loja, verificou que o mesmo se movimentou em razão do ponto de declive em que se encontrava, acabando por colher outro veículo que circulava pela via pública de intenso tráfego, causando lesões nos três ocupantes deste carro colhido.

Em razão da colisão, uma das vítimas veio a falecer, outra ficou tetraplégica e a terceira sofreu lesão leve.

Apresentado o fato para julgamento no âmbito penal, na condição de Juiz da causa, como você decidiria?

(A resposta deve ser objetivamente fundamentada).

10

Vários amigos realizavam um churrasco em uma casa de festas. Durante a confraternização, Fábio e Leandro chegaram pilotando duas motocicletas, o que chamou a atenção de todos. Foi por eles permitido que alguns dos amigos habilitados dessem uma volta pelo quarteirão com aquelas motos. Todavia, não foi permitido que Carlos e Rafael, que também estavam na festa, conheçam os donos e eram habilitados, saíssem com as motos.

Inconformados com a negativa, mediante grave ameaça exercida com o emprego de uma barra de ferro utilizada para fechar o portão, Carlos e Rafael exigiram que as motos também fossem por eles utilizadas apenas para dar uma volta por alguns minutos. Amedrontados e sem condições de reagir, Fábio e Leandro entregaram as motos e as respectivas chaves, tendo saído os agentes com os veículos pelo quarteirão, logo sendo chamada a polícia que os prendeu quando já retornavam para a casa de festas, o que ocorreu cerca de 10 minutos depois.

O Ministério Público denunciou Carlos e Rafael pela prática do injusto do Art. 157, § 2º, I e II, por duas vezes, na forma do Art. 69, todos do Código Penal.

Comente a hipótese respectiva.

(A resposta deve ser objetivamente fundamentada).

ESPAÇO DESTINADO AO RASCUNHO DA RESPOSTA À QUESTÃO 09

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	

ESPAÇO DESTINADO AO RASCUNHO DA RESPOSTA À QUESTÃO 10

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	

11

Durante evento que se realizava em uma boate, ocorreu um incêndio que culminou na morte de 30 pessoas e ferimento grave em outras 40. Diante dos elementos de informação colhidos no curso do inquérito, o Ministério Público denunciou João pela prática do crime de incêndio doloso, descrevendo a peça acusatória vestibular que o agente atuou com vontade direta de causar o incêndio para dar prejuízo financeiro ao proprietário do estabelecimento, reconhecendo a forma majorada por força das mortes e lesões decorrentes.

Recebida a denúncia e realizada a instrução sob o crivo do contraditório, em alegações finais, o Ministério Público requereu a condenação nos termos do pedido inicial, enquanto a defesa pugnou pela absolvição sob o fundamento de não ter sido o acusado o causador do incêndio.

Considerando que a prova afastou o dolo do acusado, eis que apenas indiciado um comportamento imprudente do mesmo e não havendo qualquer dúvida com relação à autoria, **seria possível ao Juiz decidir pela procedência parcial da pretensão punitiva para condenar o acusado na modalidade culposa do crime de incêndio?**

(A resposta deve ser objetivamente fundamentada).

12

Wellington agrediu sua companheira, resultando da agressão lesões corporais leves. Instaurado de ofício inquérito policial, foi oferecida e recebida denúncia, sem manifestação expressa ou informal da vítima no sentido de desejar a instauração ou o prosseguimento da ação. A defesa de Wellington peticionou pleiteando o trancamento da ação penal, por ausência de condição de procedibilidade para o exercício da ação.

Na condição de Juiz da causa, decida o pedido de forma fundamentada.

ESPAÇO DESTINADO AO RASCUNHO DA RESPOSTA À QUESTÃO 11

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	

ESPAÇO DESTINADO AO RASCUNHO DA RESPOSTA À QUESTÃO 12

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	

13

Considere a edição de lei que atribua 50% (cinquenta por cento) da pontuação total, nos concursos públicos de provas e títulos para provimento de cargos efetivos de professor de certo Estado da Federação, em razão de exercício anterior da mesma função pública (professor do quadro da rede estadual de ensino), na qualidade de ocupante de cargo em comissão ou contratado temporário.

O Procurador-Geral da República efetuou a impugnação do diploma via ação direta de inconstitucionalidade deflagrada perante o Supremo Tribunal Federal, sendo certo que a medida cautelar para a suspensão da lei foi deferida por ato singular do relator, ainda pendente o referendo do Plenário. Ato contínuo, o Governador do Estado declarou a nulidade da investidura de todos os servidores que ingressaram em cargos públicos de provimento efetivo após a vigência da referida lei.

Ante o quadro, responda aos itens a seguir.

A) É constitucional a referida lei estadual?

B) É legítimo o ato do Governador?

(As respostas devem ser objetivamente fundamentadas).

14

Tendo em vista o alto nível de ruídos que as aeronaves produzem ao decolar e aterrissar, a Assembleia Legislativa de certo Estado da Federação aprovou, por iniciativa própria, lei com o propósito de determinar às empresas de navegação aérea que instalem dispositivos de redução de ruídos nas suas aeronaves e restrinjam os horários de utilização do aeroporto. Igualmente, a lei determina que caberá à Secretaria Estadual de Meio Ambiente fiscalizar o cumprimento da legislação e aplicar as multas dela decorrentes. O projeto foi sancionado pelo Governador.

Analise a constitucionalidade da lei em questão.

(A resposta deve ser objetivamente fundamentada).

ESPAÇO DESTINADO AO RASCUNHO DA RESPOSTA À QUESTÃO 13

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	

ESPAÇO DESTINADO AO RASCUNHO DA RESPOSTA À QUESTÃO 14

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	

15

O sócio majoritário de uma sociedade limitada pode ser excluído da sociedade em razão de atos que põem em risco a continuidade da empresa?

(A resposta deve ser objetivamente fundamentada).

16

Deferido o processamento da recuperação judicial de uma sociedade empresária, os seus sócios postulam a suspensão de uma ação de execução em que figuram como executados, na qualidade de avalistas da sociedade recuperanda, no Juízo de uma das Varas Cíveis de Manaus.

Qual deve ser a decisão do juízo competente para processar e julgar o processo de recuperação judicial?

(A resposta deve ser objetivamente fundamentada).

ESPAÇO DESTINADO AO RASCUNHO DA RESPOSTA À QUESTÃO 15

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	

ESPAÇO DESTINADO AO RASCUNHO DA RESPOSTA À QUESTÃO 16

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	

17

Lei estadual prevê anistia das multas de tributos que venham a ser pagos até o dia 31 de maio de 2011. A mesma Lei dispõe que, se houver medida judicial discutindo a exação, o contribuinte deverá manifestar expressa desistência até a data-limite para o recolhimento do tributo com os benefícios da anistia.

Determinada pessoa jurídica, que estava questionando judicialmente tributo abrangido pela Lei concessiva da anistia, vem a ter sua pretensão de desconstituição do crédito tributário julgada improcedente pelo Supremo Tribunal Federal, em decisão que transita em julgado no dia 15 de maio de 2011.

A pessoa jurídica em questão pode, depois de definitivamente vencida na medida judicial, fruir da anistia prevista na Lei estadual (admitindo-se que recolha o tributo e acréscimos moratórios até o dia 31 de maio de 2011)?

(A resposta deve ser objetivamente fundamentada).

18

A contribuição destinada ao Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), instituída pelo Decreto Lei n. 308/1967, tinha por objetivo o “custeio da intervenção da União, através do Instituto do Açúcar e do Alcool, na economia canavieira nacional” (conforme Art. 3º, caput, do DL 308/67). Inicialmente concebida com valores fixos por quantidade de produto, a Contribuição foi depois alterada pelos Decretos-lei n. 1.712/1979 e n. 1952/1982, segundo os quais “mediante proposta do Ministro da Indústria e do Comércio, o Conselho Monetário Nacional estabelecerá os percentuais das contribuições de que trata este Decreto-lei, observado o limite máximo de 20% (vinte por cento) do valor dos preços oficiais do açúcar e do álcool” (Art. 3º, do DL n. 1712/79, na redação que lhe deu o DL n. 1952/82).

À luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, esclareça se, após o advento da Constituição Federal de 1988, o Conselho Monetário Nacional (CMN) poderia continuar a fixar a alíquota da contribuição em referência, ou se esta sequer foi recepcionada pela nova ordem constitucional.

(A resposta deve ser objetivamente fundamentada).

ESPAÇO DESTINADO AO RASCUNHO DA RESPOSTA À QUESTÃO 17

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	

ESPAÇO DESTINADO AO RASCUNHO DA RESPOSTA À QUESTÃO 18

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	

19

O Art. 225, *caput*, da Constituição Federal, estabelece que “*todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.*”

Identifique três princípios do Direito Ambiental que podem ser extraídos do referido dispositivo constitucional, conceituando-os.

(A resposta deve ser objetivamente fundamentada).

20

Pedro Alvarenga, aos 80 anos de idade, possuidor há mais de 50 anos de grande área de terras que abrangem rios, matas e encostas montanhosas, gostaria de preservar as matas que restaram em suas terras, parte delas contidas em áreas de preservação permanente e de reserva legal, e recuperar a vegetação florestal que destruiu ao longo dos anos de exploração econômica da área. Para isso pretende limitar o uso de parte do imóvel.

À luz da Lei n. 6.928/81, que dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente, com as modificações introduzidas pela Lei n. 12.651/2012:

A) indique o instrumento legal à disposição de Pedro Alvarenga para preservar, conservar ou recuperar os recursos naturais existentes em suas terras;

B) apresente, se houver, o modo de instituição e seus limites legais.

(As respostas devem ser objetivamente fundamentadas).

ESPAÇO DESTINADO AO RASCUNHO DA RESPOSTA À QUESTÃO 19

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	

ESPAÇO DESTINADO AO RASCUNHO DA RESPOSTA À QUESTÃO 20

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	

21

O Estado do Amazonas construiu um hospital em área que entendia ser de sua propriedade. Passados seis anos, João Tício ajuíza ação em face do estado do Amazonas postulando a reintegração na posse do referido imóvel, ou, alternativamente, indenização.

No curso da demanda ficou comprovado que o imóvel, onde se construiu o hospital público, era de propriedade de João Tício. Assim, após o regular processamento da demanda, com a devida contestação, veio parecer do MP, no sentido da ocorrência da prescrição quinquenal.

Sendo você o Juiz da causa, **apresente os fundamentos da decisão, indicando o instituto posto, e o eventual direito de João Tício.**

(Não deve o candidato realizar o eventual relatório, observando a necessidade, diante das linhas, de demonstrar objetividade em sua resposta).

22

A) Os cargos públicos podem ser extintos por ato do Chefe do Executivo, sem necessidade de lei?

B) Sendo possível, quais os requisitos para a extinção?

(As respostas devem ser objetivamente fundamentadas).

ESPAÇO DESTINADO AO RASCUNHO DA RESPOSTA À QUESTÃO 21

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	

ESPAÇO DESTINADO AO RASCUNHO DA RESPOSTA À QUESTÃO 22

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	

23

Rubião, candidato a Deputado Estadual nas eleições do ano de 2010, contratou o serviço de *marketing* eletrônico de uma empresa para manter um site à disposição do eleitorado para contato e propaganda eleitoral no período permitido. O referido site recebeu, então, uma mensagem de uma eleitora que afirmava que votaria no candidato Rubião, mas que se encontrava desempregada e, portanto, em séria dificuldade financeira. O encarregado da recepção das mensagens solidarizou-se com a eleitora e mencionou a possibilidade de ajudá-la a resolver o seu grave problema, parabenizando-a pela opção pelo candidato Rubião.

Com base no caso narrado, **indique o ilícito eleitoral cometido pelo candidato e a sanção correspondente.**

(A resposta deve ser objetivamente fundamentada).

ESPAÇO DESTINADO AO RASCUNHO DA RESPOSTA À QUESTÃO 23

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	

24

“O instrumento de aplicação das leis é o juiz, que está sujeito à dialética entre o Direito e a Moral [...] essa dialética pode ser estudada a partir dos três princípios da Ética moderna. O primeiro é o da universalidade - a ética não pode ser uma hoje e outra amanhã. Há também o princípio da dignidade, que diz que o ‘ser racional’ não pode ser tratado apenas como ‘meio’, mas também como o ‘fim’, para quem as leis se direcionam. E por último a autonomia - a moral é um produto da racionalidade humana”.

(Manuel Atienza. Trecho de palestra proferida no evento “Ética no Judiciário: tendências internacional e nacional”, no auditório do STJ. [Informativo Bimestral do CJF n. 5 - 2007]).

A relação entre Direito e Moral é tema recorrente no estudo jurídico, não obstante terem existido (e ainda persistam) divergências sobre esta questão.

Relacione legalidade e moralidade tendo como base os principais elementos da teoria de Ronald Dworkin, conforme sua proposta original, mantida, pelo menos, até 2006.

(A resposta deve ser objetivamente fundamentada).

25

“Ninguém duvida que se espera dos juízes que se comportem de acordo com certos padrões de conduta dentro e fora da corte. São eles meras expectativas de decoro voluntário a ser exercido sob um nível pessoal ou são eles as expectativas que necessitam ser observadas por um grupo profissional particular no próprio interesse e da comunidade? Como essa é uma observação fundamental, é necessário fazer algumas observações elementares.

Formamos um grupo especial na comunidade. Compreendemos uma seleta parte de uma honrada profissão. É-nos confiado, a cada dia, o exercício de considerável poder. Seu exercício tem efeitos dramáticos sobre as vidas e fortunas daqueles que vêm até nós. Os cidadãos não podem ter certeza de que eles ou suas fortunas algum dia estarão sob nosso julgamento. Eles não desejarão que tal poder repouse em alguém cuja honestidade, habilidade ou comportamento pessoal seja questionável. É necessário para a continuidade do sistema da lei, como o conhecemos, que existam padrões de conduta dentro e fora da corte que se destinam a manter a confiança naquelas expectativas”.

(THOMAS, J.B. *Judicial Ethics* in Australia. Sydney: Law Book Co, 1988. p.7.apud NAÇÕES UNIDAS [ONU]. *Comentários aos Princípios de Bangalore de Conduta Judicial*. Brasília: Conselho da Justiça Federal. 2008)

Considerando o trecho da obra acima como mera reflexão inicial, à luz do Código de Ética da Magistratura Nacional, responda aos itens a seguir.

A) Explícite os princípios norteadores do exercício profissional.

B) Apresente as considerações oficiais que justificaram a adoção de um código específico para os magistrados.

(As respostas devem ser objetivamente fundamentadas).

ESPAÇO DESTINADO AO RASCUNHO DA RESPOSTA À QUESTÃO 24

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	

ESPAÇO DESTINADO AO RASCUNHO DA RESPOSTA À QUESTÃO 25

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	

Realização

